

Capítulo 3

QUAL A MOTIVAÇÃO PARA SE DEFENDER UMA TEORIA CAUSAL DA MEMÓRIA?

CÉSAR SCHIRMER DOS SANTOS

Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar a principal motivação filosófica para se defender uma teoria causal da memória, que é explicar como pode um evento que se deu no passado estar relacionado a uma experiência mnêmica que se dá no presente. Para tanto, iniciaremos apresentando a noção de memória de maneira informal e geral, para depois apresentar elementos mais detalhados. Finalizamos apresentando uma teoria causal da memória que se beneficia da noção de veritação (*truthmaking*).

Profundamente Banal, Banalmente Profunda

Todas as pessoas têm memória, e mesmo crianças pequenas entender, num certo sentido, o que é a memória, mas isso não significa que seja fácil de explicar o que seja a memória. O que é a memória? A questão parece ser tão elusiva quanto a pergunta de Agostinho sobre a natureza do tempo. Diz Agostinho que se ninguém lhe pergunta o que é o tempo, parece-lhe que ele sabe o que o tempo é. Mas, se alguém lhe pergunta, ele não sabe o que responder. O mesmo parece acontecer com a memória. Por um lado, parece ser autoevidente o que é a memória, e um desperdício de tempo e energia tentar explicá-la. Por outro lado, quando tentamos explicá-la ou defini-la, nos encontramos ante enigmas aparentemente insolúveis. Isso porque memória consegue ser, ao mesmo tempo, a mais banal-e-comum e a mais íntima-e-exclusiva das nossas características individuais. A memória é um

poder ou capacidade de extrema importância. Sem memória, não há fala, não há raciocínio, não há percepção, não há pensamento – e também não há um *eu* que se entenda como o agente ou paciente de inúmeros episódios da sua própria vida. Uma pessoa privada de memória pode não saber onde suas coisas estão, quantos filhos tem, qual a própria idade, como ligar a TV, como desligar o alarme, ou se a esposa do amigo está viva ou morta. Nos casos mais extremos, a pessoa pode ser amnésica e esquecer que é amnésica.

Se pensamos no que faz com que cada um de nós seja a pessoa que é, certamente temos que levar em conta inúmeros fatores, como por exemplo o dinheiro que nossos pais investiram em nós, o aquecimento global (pois somos partes de um ecossistema que afetamos e nos afeta), e muitas outras coisas – inclusive nossas memórias. Pense, por um momento, na sua lembrança mais valiosa, e – se isso não for insuportavelmente doloroso – no seu medo mais terrível. Imagine, agora, que sua memória mais valiosa foi apagada, de tal modo que você nunca mais poderá vivenciá-la. Se isso acontecesse, você nunca mais poderia viajar mentalmente no tempo e experimentar novamente as cores, os sons, as sensações corporais, os cheiros, os gostos e os amores do momento mais marcante da sua vida¹. O que soa horrível! Agora imagine que seu medo mais angustiante e vergonhoso foi apagado. Que alívio! Perder a mais importante das nossas memórias seria aterrorizante, mas perder o medo mais paralisante seria uma dádiva. Seguindo esse exercício de imaginação, podemos estar no extremo de tentar manter nossas memórias mais valiosas, ou no extremo de tentar superar os traumas que nos impedem de agir, ou pendulando de um extremo ao outro. Seja como for, nossa

¹ Problema relacionado se manifestaria se ainda pudéssemos vivenciar o que ainda nos pareceria ser uma memória mesmo após descobrirmos que se trata de uma falsidade, pois não parece poder haver uma carga plena de comprometimento com uma “memória” paradoxal como a seguinte: *eu lembro de ter recebido o Prêmio Nobel da Paz, mas sei que isso nunca aconteceu*. A falsidade esmaga o que parece ser uma memória, assim como a verdade de uma memória traumática é um dos elementos que a tornam mais terrível e assustadora.

memória nos define².

Memória no sentido mais amplo

A primeira coisa que temos que ter em mente, ao pensar sobre a memória, é que câmeras fotográficas ou de vídeo não são boas metáforas ou comparações. A memória simplesmente não funciona como se fosse uma espécie de câmera, sob nenhum aspecto. Primeiro, a memória não registra imagens icônicas, isto é, semelhantes aos objetos percebidos³. Em segundo lugar, a memória não guarda informações que permanecem intactas, tal como as encontramos nos discos rígidos de câmeras, smartphones e computadores.

De maneira muito geral, e ainda muito vaga, a memória é uma capacidade evidenciada por uma ação ou comportamento presente que foi modulado pelo que o sujeito aprendeu ou experienciou no passado. Falar de memória, de maneira ampla, é falar sobre as situações nas quais a experiência passada de um indivíduo está, de alguma maneira, disponível ao indivíduo no presente. No presente, o indivíduo é capaz de realizar certas tarefas com habilidade por causa da memória,

² A importância e a centralidade da memória para a identidade de cada um de nós se reflete também na ficção. Na série televisiva *Westworld*, por exemplo, é criado um centro de lazer para milionários com vários “anfiteatros”, os quais são andróides indistinguíveis, a olho nu, de humanos. Os anfiteatros também têm semelhanças psicológicas com os humanos, pois são dotados com memórias que dão sentido a suas ações e emoções para eles mesmos. Essas memórias são chamadas, na obra, de memórias angulares (*cornerstone memories*). No filme *Blade Runner*, há um produto chamado de replicante, que é um andróide de vida curta que vem equipado com falsas memórias para conseguir controlar suas emoções. Há muitos outros exemplos, e nada indica que o momento cultural de descrever entes semelhantes a humanos a partir de memórias verdadeiras ou falsas esteja para ser superado.

³ Penso aqui na distinção peirceana entre representações icônicas (que são semelhantes, sob algum aspecto, aos representados), representações indiciais (que são causadas, de alguma maneira, pelos seus representados) e representações simbólicas (que são vinculadas, através de uma regra abstrata, aos seus representados).

isto é, do modo como suas experiências passadas afetam sua ação presente. Esse tipo de processo evidencia a presença de memória. Mas, se permanecemos neste sentido geral de memória, até mesmo os anéis das árvores e as obras de arte são memórias – e isso pode ser vago demais. Os anéis das árvores disponibilizam informações sobre a idade da árvore. Logo, os anéis das árvores dão informações, no presente, sobre aquilo que a árvore sofreu no passado. Isso significa que os anéis das árvores são memórias? Algumas obras de arte também parecem satisfazer os requisitos mínimos exigidos acima para que algo seja uma memória. Considere o quadro “A paraguaia” (c. 1879), do pintor uruguaio Juan Manuel Blanes (1830–1901). Este quadro disponibiliza, no presente, informações sobre um dos episódios mais vergonhosos da história do Brasil: o genocídio da população paraguaia entre 1864–1870. Trata-se de uma memória? Essa parece ser uma informação muito importante sobre o passado coletivo da qual dispomos no presente. Ainda assim, usualmente, entende-se algo mais específico quando se fala de memória. No mais das vezes, falamos sobre “uma capacidade de reter e reproduzir diferentes tipos de imagens ou representações de coisas e eventos do passado, tanto individualmente quanto coletivamente” (Nikulin, 2015, p. 5⁴). Nesse sentido mais restrito, aquilo que é lembrado tem natureza representacional, sendo que uma representação é um ente que tem a capacidade de estar por outro ente.

É suficiente apresentar o aspecto representativo para diferenciar as memórias pessoais dos outros vestígios do passado? Felizmente ou infelizmente, não, pois os anéis das árvores e as obras de arte também são representações – ao menos para quem sabe interpretá-las. Essa resposta, contudo, parece nos dar uma dica de como distinguir memórias de outros tipos de vestígios, pois uma memória é algo que o indivíduo sabe, sem esforço, que é uma representação do passado, enquanto outros vestígios não são memórias enquanto estão sujeitos à dúvida. Assim sendo, algumas de minhas representações são memórias, os anéis das árvores são memórias do passado natural para dendrologistas e uma obra de arte

⁴ “In its most general sense, memory is a capacity for retaining and reproducing different kinds of images or representations of things and events of the past, both individually and collectively.” (Nikulin, 2015, p. 5)

como o quadro de Blanes é uma memória histórica para quem entende minimamente de arte.

Metáforas da memória

Na Grécia antiga, Platão e Aristóteles se destacam como filósofos da memória. Platão nos legou duas importantes metáforas da memória: o tablet de cera e o viveiro de aves. Aristóteles, por sua vez, distinguiu entre a recordação passiva e a busca ativa pela difícil recuperação daquilo que foi aprendido no passado.

Os tablets da antiguidade eram artefatos tecnológicos bastante interessantes. Sua principal função era servir de material didático para crianças. Trata-se de uma placa retangular plana de madeira, mais ou menos do tamanho de um tablet moderno, com uma moldura em volta dos seus quatro lados. Num dos lados da placa, aquele circundado pela moldura, colocava-se cera de abelha. O resto do equipamento era constituído por uma caneta com uma extremidade pontuda, apropriada para a escrita, e outra extremidade plana, apropriada para apagar. Esse artefato que se mostra muito apropriado para servir de metáfora da memória. Com a ponta seca da caneta, a criança produz marcas na cera depositada na superfície plana emoldurada – eis a metáfora da aquisição. Como a tabuleta tinha espaço limitado, era limitado o quanto nela se podia registrar – o que serve de metáfora para nossa incapacidade de lembrar de tudo. Quando toda a superfície da tabuleta era preenchida por escrita, era preciso alisar a cera, apagando-se as inscrições anteriores, para se poder inscrever novas informações. Isso é comparável ao que acontece à memória, pois a aquisição de novas informações parece levar à perda ou à dificuldade de acessar informações adquiridas anteriormente. Nos dias mais quentes, era fácil escrever, mas a moleza da cera deixava as inscrições borradas, o que podia ocasionar confusões na hora da leitura. Não é assim a memória das crianças? Nos dias mais frios, a cera ficava mais dura, e era mais difícil escrever. Não é assim a memória dos velhos?

A metáfora do pássaro na gaiola também se mostra apropriada. Adquirir uma memória é como colocar um pássaro na gaiola. Primeiro, você tem que capturar o pássaro e colocá-lo na gaiola. Mas, é claro, o pássaro está vivo. Assim sendo, se

you quer "evocá-lo", tem que fazer uma nova caçada, e isso pode ser bem difícil. Além disso, se a gaiola for grande, e houver muitos pássaros lá dentro, você pode se enganar – tentar pegar um pássaro, e acabar pegando outro. Adquirir uma memória é como colocar um pássaro na gaiola. Você tem que caçar o pássaro no ambiente aberto. Lembrar é como pegar um pássaro preso numa gaiola. Você tem que caçar o pássaro na gaiola. Assim sendo, lembrar é um processo um tanto quanto ativo que requer esforço – e também sorte.

Memória e causalidade

É uma questão bastante discutida no presente se as explicações filosóficas da memória precisam levar em conta, ou não, elementos causais de algum tipo. Para tratar desse debate, temos que levar em conta que há três requisitos que parecem ser plausivelmente exigidos para que se considere que um sujeito tem uma memória: a acurácia da informação, a origem da informação e o envolvimento causal da informação aprendida e armazenada na causação (parcial) da evocação da informação.

Em primeiro lugar, parece plausível exigir que a informação que se apresenta como uma ocorrência de memória seja minimamente acurada. Como requisito mínimo de acurácia, podemos exigir que a informação apresentada não seja falsa. Por exemplo, se ontem eu comi apenas feijão com arroz no almoço, e hoje acho que lembro de ter comido macarrão no almoço, então não lembro, pois a informação é falsa. No entanto, se ontem eu comi feijão com arroz no almoço, e hoje eu lembro que ontem comi um prato tipicamente brasileiro no almoço, sem lembrar, no entanto, de que prato era este, então eu tenho memória, pois feijão com arroz é um prato tipicamente brasileiro. Ou seja, não é preciso que a informação evocada seja idêntica à informação adquirida, mas é preciso que a informação evocada seja verdadeira.

Isso nos casos mais simples. Agora, imagine que você viu um texugo achando, no momento da percepção, que via um guaxinim, mas depois descobre que viu um texugo. Ou seja, é falso que você percebeu um guaxinim, mas é

verdadeiro que você achava ter visto um guaxinim, e você pode lembrar disso. Isto é, você pode lembrar de ter achado, no passado, que viu um guaxinim, pois é verdade que você achava isso, embora seja falso que aquilo que você viu era um guaxinim.

Em segundo lugar, para que a informação possuída pelo sujeito conte como memória, é preciso que ela tenha sido adquirida de uma certa maneira. Antes de tudo, é preciso que a informação tenha sido adquirida no passado pelo mesmo sujeito que agora a evoca (no caso de uma memória individual, o único tipo de memória com o qual nos ocupamos neste trabalho). Isto é, não é possível lembrar de algo que ainda não foi aprendido no passado pelo sujeito que agora evoca a informação, ou que está sendo apreendido pela primeira vez agora mesmo. Além de ter adquirido a informação no passado, o sujeito tem que armazenar, de alguma maneira, essa informação para que a mesma conte como um caso de memória quando for evocada.

Em terceiro lugar, para que a informação evocada pelo sujeito conte como uma ocorrência de memória, é preciso que é aquilo que o sujeito aprendeu no passado e armazenou na forma de traços da memória tenha algum papel causal no fato de que agora o sujeito tem essa informação seja na sua consciência, seja modulando, ainda que não conscientemente, sua ação ou comportamento. Se o sujeito tem hoje a informação que ontem choveu porque ontem ele percebeu a chuva, e traços dessa informação foram armazenados de alguma maneira no seu cérebro, então o sujeito tem uma memória. Mas se o sujeito tem essa informação por que leu no jornal agora mesmo, então não se trata de um caso de memória.

Podemos dizer, então, seguindo essa linha de argumentação, a qual tem alguma familiaridade com aquela desenvolvida por Martin e Deutscher (1966), que a memória tem três condições, cada uma delas necessária, todas elas, em conjunto, suficientes. A primeira condição é que a informação seja minimamente acurada com respeito àquilo que foi aprendido no passado. A segunda condição é que a informação tenha sido adquirida de maneira apropriada pelo sujeito no passado. A terceira condição é que essa informação adquirida seja, ainda que parcialmente, a causa da informação que agora é evocada pelo sujeito (cf. Debus, 2017, p. 65–66).

De acordo com a teoria causal da memória de Martin e Deutscher, basta

que uma dessas condições não seja satisfeita para que a informação disponível não conte como um caso de memória. Se a informação disponível é falsa, então não se trata de memória, pois não é possível se lembrar do que não aconteceu – é exatamente isso o que distingue a memória da imaginação. Se a informação não foi adquirida no passado, então não se trata de memória, pois é exatamente isso o que distingue a memória seja da percepção, seja do raciocínio. Se informação aprendida no passado não tem nenhum papel causal na produção da evocação presente da informação, então não se trata de memória, mas sim de reaprendizado, isto é, de uma situação na qual alguma outra coisa, distinta dos traços de memória armazenados pelo sujeito, produz a situação na qual o sujeito dispõe de uma informação. A teoria de Martin e Deutscher também estabelece que, se todas essas três condições foram satisfeitas, então se trata de um caso de memória.

O elemento crucial de uma teoria causal da memória é o tipo de causalidade que é pressuposta. Na teoria causal de Martin e Deutscher não é aceito que ocorra, na natureza, ação a distância espacial ou temporal. Como veremos, é contra esse requisito “metafísico” que o filósofo inglês Bertrand Russell (1872–1970) se rebela. No entanto, esse requisito parece ser bastante plausível, pois em todos os casos de causalidade que conhecemos, ou a causa é anterior ao efeito (caso típico do mecanicismo exemplificado pelo impacto de bolas de bilhar), ou a causa é simultânea ao efeito (caso típico da atração gravitacional). Assim sendo, é razoável supor que tem que haver algo que esteja em contiguidade espaçotemporal com a experiência aprendida no passado e que também esteja de alguma maneira em contato espaçotemporal com a evocação presente. O melhor candidato a realizar essa tarefa diacrônica parece ser uma série de traços da memória que existam em contiguidade espaçotemporal uns com os outros. O aprendizado cria um traço da memória que pode não estar em contiguidade espaçotemporal com o traço da memória que é causa parcial da evocação, mas, se o traço da memória que é causa parcial da evocação está em contiguidade espaçotemporal com outros traços da memória que por sua vez estão em contato com o traço da memória que foi causado pelo aprendizado, então há uma cadeia causal ininterrupta desde o aprendizado até a evocação e, assim sendo, não há ação a distância.

Memória como processo

A metafísica contemporânea, de maneira geral, reconhece diversos tipos de entes. Há os objetos singulares, os quais são entes definidos, antes de tudo, pelo espaço que ocupam. Há as propriedades, as quais são as categorias que explicam os objetos e também seus mais variados poderes causais. Há os fatos, que são configurações complexas de objetos e propriedades. Há os eventos, os quais são fatos que se dão no espaço-tempo. E há os processos, que são sequências ordenadas no tempo de eventos. Do ponto de vista ontológico, uma memória é um processo. Isso significa que uma memória é um ente complexo, o qual é composto por uma articulação estruturada de eventos que se seguem uns aos outros no tempo. O processo de produção de uma memória envolve três etapas:

1. Aquisição de informação, ou aprendizado (*learning*).
2. Armazenamento (*storage*) de informação.
3. Evocação ou recuperação (*retrieval*) de informação.

Este processo, quando diz respeito à produção de uma modificação cerebral que permite um comportamento modulado pela experiência passada, é chamado de estampa biológica (*biological stamping*). O traço mnêmico que é produzido no cérebro é chamado de engrama. Quando tudo dá certo, o resultado desse processo é a produção de uma memória que é minimamente fiel à experiência passada. Quando algo dá errado, várias coisas podem acontecer, dependendo do tipo de erro envolvido. Num tipo de situação com mais de um subtipo, é produzida uma falsa memória. Por exemplo, podem ocorrer associações de ideias incorretas nas fases de aquisição ou de evocação. Eis um exemplo de erro na fase de aquisição: você viu um texugo, mas acha que viu um guaxinim. Mais tarde, você “lembra” de ter visto um guaxinim. Você cometeu um erro de caráter conceitual (classificação errada) na fase de aquisição, e por isso sua memória é falsa. Eis um exemplo de erro na fase de evocação: você viu um texugo, e sabia que viu um texugo (classificação correta na fase de aquisição), mas o tempo passa, alguma coisa interfere, e você agora acha que viu um guaxinim (classificação errada na fase de evocação).

Aquisição

A fase de aquisição da memória envolve as vias tradicionais de aprendizado, com lugar de destaque para a percepção. Tradicionalmente, entende-se que adquirimos novas informações através da percepção, da linguagem (testemunho) e da razão, e que a memória é uma capacidade que requer a preservação daquilo que foi aprendido, assim como a introspecção é a capacidade de refletir sobre aquilo que foi aprendido. Adotando um empirismo mínimo, podemos dizer que não há nada que esteja na mente que não tenha estado antes nos sentidos, de modo que há um espaço privilegiado para a percepção entre as fontes de aprendizado mesmo quando estamos falando do uso da linguagem e da razão. Essa regra geral vale para a memória: ou o lembrado foi percebido, ou pressupõe o percebido que habilita a usar a linguagem e raciocinar. Sendo assim, a percepção se mostra um requisito importante para a memória, na etapa da aquisição de informações.

Isso parece pouco problemático, mas se torna algo difícil se levamos em conta uma característica muito peculiar da percepção que é seu vínculo com conceitos. Para sentir algo, não é preciso conceito algum. Sensação é puro qualia. Alguém pode sentir fome, sede ou ansiedade mesmo que careça dos conceitos de fome, de sede e de ansiedade. No entanto, para perceber algo, é preciso ser capaz de usar conceitos de maneira minimamente competente. Para perceber um texugo é preciso dispor do conceito de texugo, e para perceber um guaxinim é preciso dispor do conceito de guaxinim. É preciso, também, ser bem sucedido, nas situações normais, no emprego do conceito. Alguém que aplica o conceito de guaxinim a um texugo não percebe um guaxinim, e quem aplica o conceito de texugo a um guaxinim não percebe um texugo.

Um ponto importante para nossa investigação é que a capacidade de empregar conceitos requer a memória. Mais especificamente, ter um conceito é, em alguma medida, poder exercer capacidade de entender como o mundo funciona a partir de fatos que foram aprendidos no passado, poder esse que é chamado de memória semântica. Mas, se assim é, então percepção pressupõe algum tipo de memória. Ou seja, a aquisição de informação requer a percepção, a qual, por sua vez, requer a memória.

O fato da aquisição de informações envolver a percepção envolvendo conceitos explica algumas variedades de erros da memória, pois erros conceituais levam a erros quanto àquilo que foi percebido. Se há erro na percepção, não há memória, pois não há como lembrar de algo que não aconteceu no passado. A possibilidade desse tipo de erro envolve, é preciso deixar claro, todo e qualquer tipo de informação oriunda da sensibilidade que é conceitualizável, isto é, aquela informação dos cinco sentidos tradicionais e também a sensação de gravidade, a sensação de temperatura externa e interna, a informação sobre a localização dos nossos membros, sobre o estado de fadiga do nosso corpo, sobre a tensão muscular, e muito mais.

A informação adquirida através dos sentidos passa por um longo caminho antes de ser consolidada na memória. Há, por assim dizer, vários filtros desde a sensação até a evocação. Primeiro, como vimos, há o filtro da percepção, pois nós não percebemos tudo que acontece. Um segundo filtro é a atenção, pois nós não nos damos conta, detalhadamente, de tudo o que percebemos.⁵ Um terceiro filtro é o interesse, pois não temos interesse em tudo o que prestamos atenção. Um quarto filtro é a estampa biológica, pois não codificamos como memória de longa duração tudo o que nos interessa. Por fim, há o filtro da recuperação, pois nós não evocamos tudo que codificamos.

Traços

A segunda etapa do processo que constitui a memória é o armazenamento de traços

⁵ Para falar um pouco mais sobre esse assunto, mas sem nos aprofundarmos, a atenção é crucial para a memória, pois, se não houve atenção a um estímulo, então não há registro, e, por conseguinte, não há memória. Há aqui, novamente, lugar para mais uma espécie de círculo explicativo, pois a atenção está intimamente relacionada à memória de trabalho, mas uma coisa não se confunde com a outra, dado que a mera atenção não é suficiente para a formação de um engrama ou traço da memória. Isso porque, ao que parece, nossos corpos evitam tanto quanto podem o custo biológico de investir recursos na formação de um engrama, e talvez seja uma boa coisa para nosso bem-estar.

ou engramas. Essa etapa é bastante enigmática, o que levou filósofos de todos os tempos a propor inventivas metáforas da memória. Para ficar em alguns dos exemplos mais notáveis, Platão nos apresentou as metáforas do bloco de cera e do aviário, e John Locke representou a mente como um armazém de ideias. Podemos usar muitas outras coisas como metáforas da memória. Por exemplo, podemos ver os sulcos num disco de vinil ou então os quadros e obras de arte num museu como uma espécie de memória. Podemos ver também uma biblioteca como uma espécie de memória. Em todos esses casos usamos metáforas para tentar descrever ou explicar minimamente o que seria memória, e o mero fato de que continuamos usando metáforas é evidência de que há coisas sobre a memória que não entendemos literalmente.

Em comum a várias metáforas da memória está a proposta de uma coisa presente que guarda informações sobre o passado que podem ser recuperadas, ainda que isso requeira esforço e haja o risco de perdas. Postulamos a existência de traços da memória porque a memória é uma capacidade ou poder diacrônico, e parece que precisamos de algo que se mantenha existindo entre o momento inicial da aquisição da memória e o momento posterior da sua evocação – pois, se assim não fosse, ocorreria ação a distância entre a experiência passada e a evocação presente. Os traços da memória seriam um algo constante – seja de natureza psicológica, seja de natureza cerebral – que explicaria como podemos, no presente, lembrar de algo que já passou e não existe mais.

Talvez possamos ver a razão pela qual falamos sobre traços da memória se pensarmos um pouco sobre um aspecto importante da memória: sua relação com o conceito de conhecimento. Nem tudo o que é memória é conhecimento, pois conhecimento exige verdade, crença e justificação, mas pode haver memória sem crença ou sem justificação.⁶ Ainda assim, em alguns casos, a memória opera como

⁶ Eis um exemplo de memória sem crença ou justificação: no passado, S foi elogiado pelo seu tio. Essa informação foi armazenada, como um traço, no cérebro de S. No presente, S vê uma criança na mesma situação que S estava no passado, o que a faz lembrar, por semelhança, do elogio que recebeu do seu tio. No entanto, S não acredita que seu tio a elogiou no passado, pois seu pai disse para ela que seu tio nunca faria isso, e S acredita no seu pai.

fonte de conhecimento, ao lado de outras fontes – a percepção e o testemunho, por exemplo. Quando tratamos da memória dessa maneira, há duas grandes doutrinas que lidam com o aspecto epistêmico da memória: o preservacionismo e o geracionismo. De acordo com o preservacionismo, a memória tem como tarefa *preservar*, para uso posterior, conhecimentos, razões e evidências descobertos no passado pessoal ou coletivo. De acordo com o gerativismo, a memória tem como tarefa *gerar*, para uso posterior, conhecimentos, razões e evidências *que se apresentem como tendo sido* descobertos no passado pessoal ou coletivo.

Levando em conta essas duas posições, podemos ver que há uma relação entre teorias preservacionistas da memória e a postulação de traços da memória, pois os preservacionistas defendem que o papel da memória é preservar conhecimentos ou justificações adquiridos no passado, enquanto os gerativistas defendem que, em alguma medida, a memória pode ser uma fonte de *novos* conhecimentos ou justificações. O preservacionismo é a posição default em epistemologia da memória, enquanto o gerativismo é uma posição minoritária, e um tanto quanto restrita, sendo poucos os filósofos que se apresentam como gerativistas radicais. Isso é compreensível. Afinal de contas, é plausível que a memória preserve conhecimentos ou justificações adquiridos no passado, e seria extremamente surpreendente, e contrário ao senso comum, se lembrar fosse algo como perceber pela primeira vez – isto é, como sendo apenas um modo de adquirir novos conhecimentos ou justificações. O ônus da prova cabe ao filósofo gerativista, e isso explica porque algum grau de compromisso com o preservacionismo sobre a memória se vincula muito facilmente à hipótese de que há traços de memória.

Traços da memória são, então, segundo as principais metáforas da memória, os portadores presentes de aprendizados passados. Se há traços da memória, então há relações – provavelmente causais – entre as experiências passadas e os comportamentos ou ações presentes que são modulados pela memória. Assim sendo, a hipótese dos traços de memória tem importante papel na teorização sobre a memória, pois a noção de traço explica certos pontos obscuros sobre a natureza da memória e sua relação com o tempo. Disso não segue, contudo, que a noção de traço da memória esteja livre de obscuridades. Podemos nos perguntar, por exemplo, se um traço da memória tem natureza psicológica (isto, é

de nível pessoal) ou neural (isto é, de nível subpessoal).

As metáforas da memória costumam nos apresentar exemplos que serviriam para explicar, ainda que minimamente, os mais diversos tipos de memórias. Ainda assim, devemos desconfiar de tal pretensão, pois parece haver grande diversidade entre os fenômenos que consideramos como sendo casos de memória. Há muitos tipos de fenômenos, muito diversos, que são chamados de memória. Hábitos são memórias, e também viagens mentais no tempo para o próprio passado pessoal. E, é claro, essas não são todas as variedades de memória. Dado que muitas coisas muito diferentes entre si são chamadas de memória, é razoável supor que haveria diferentes tipos de traços mnêmicos – havendo, no limite, um tipo de traço para cada tipo de memória. Focando na capacidade de revisitar as próprias experiências do passado pessoal, que é chamada de memória episódica, podemos supor que o traço da memória tem que ser capaz de preservar diversos tipos de informação. É preciso que sejam guardados detalhes de natureza sensorial, levando em conta a mais ampla variedade de sensações: visuais, auditivas, cinestésicas, olfativas ou gustativas. Além disso, o traço da memória tem que ser capaz de preservar informações sobre a perspectiva do sujeito – isto é, se ele estava acima ou abaixo, à direita ou à esquerda, à frente ou atrás de alguma coisa no momento da experiência de aquisição de informação. É claro, também tem que ser guardadas informações sobre as emoções do sujeito durante a experiência passada. Outros tipos de memória não envolvem tais tipos de requisitos. Pensemos no caso da memória coletiva, a qual pode ter como traço, talvez, algum monumento ou alguma outra produção de natureza cultural. Nesse caso, as características do traço serão bastante diversas, e se apoiarão em outras capacidades, como, por exemplo, a linguagem e o aprendizado cultural (cf. Tomasello, 2003).

Como já mencionamos, uma difícil questão relacionada à noção de traço da memória diz respeito ao nível cognitivo no qual ele se dá. São duas as principais alternativas. Em primeiro lugar, poderia se descrever o traço da memória como uma espécie de imagem que se apresenta à consciência introspectiva do sujeito. Em segundo lugar, poderia se descrever o traço da memória como um tipo de mecanismo de natureza neural que torna possível a memória, mas não se manifesta, ele mesmo, à consciência do sujeito. Em ambos os casos, o tipo de problema é o

mesmo, a saber: como diferenciar um traço da memória de outros fenômenos ou eventos seja psicológicos, seja neurais?

O principal desafio para as teorias que apresentam o traço da memória no nível psicológico da consciência do sujeito é diferenciar um traço da memória de uma percepção e de uma imaginação. São duas as principais estratégias para chegar a cumprir essa meta: o apelo a características do conteúdo mental e o apelo a um sentimento. Encontramos o apelo ao conteúdo em Aristóteles e em John Locke. Aristóteles resolve o problema da distinção entre traço da memória percepção e imaginação no nível do conteúdo representado. Segundo Aristóteles, um traço da memória teria como característica ser uma representação do passado. Locke resolve o problema fazendo uma espécie de analogia ou comparação entre a memória e a linguagem, pois o traço da memória estaria, por assim dizer, no tempo verbal pretérito. Encontramos a estratégia do apelo a sentimentos em filósofos como David Hume, William James e C. D. Broad. David Hume apela ao grau de vivacidade para distinguir entre memórias, percepções e imaginações. Para William James, essa distinção se dá através de um sentimento de intimidade. C. D. Broad, por sua vez, apela a um sentimento de familiaridade.

As teorias que colocam os traços da memória no nível subpessoal têm como desafio distinguir os traços mnêmicos de outros mecanismos neurais. São duas as principais estratégias: o apelo à causalidade e o apelo à natureza do cérebro. No que diz respeito às teorias causais, são dois os principais representantes. Em primeiro lugar, temos a teoria de C. B. Martin e Max Deutscher no artigo “Remembering”, publicado originalmente em 1966. Nesse texto, Martin e Deutscher defendem que se distinga um traço da memória de outros mecanismos neurais pela história causal do traço relativamente ao conteúdo adquirido. Outra estratégia causal, mais recente, foi adotada por Sven Bernecker, para quem o traço da memória é uma parte insuficiente mas não necessária de uma condição não necessária mas suficiente – uma assim chamada condição INUS (cf. Bernecker, 2010). São duas as principais maneiras através das quais se busca distinguir o traço da memória, tomado do ponto de vista subpessoal, da percepção, por um lado, e da imaginação, por outro lado. A primeira estratégia é considerar como sendo um traço da memória qualquer tipo de modificação que tenha se dado no cérebro desde o

aprendizado. A segunda estratégia adotada é localizar no cérebro áreas que seriam responsáveis por desempenhar o papel de armazenar os traços subpessoais da memória (cf. Robins, 2017, p. 78).

A principal razão pela qual se postula a existência de traços da memória diz respeito ao fato de que, usualmente, quando alguém lembra de um evento passado, o evento ele mesmo já não existe mais. Parece, então, bastante plausível raciocinar da seguinte maneira: dado que uma memória sobre um evento passado tem um conteúdo, tem que haver algo que permita a relação entre a representação e a realidade. No caso da percepção, essa relação é satisfeita pelo contato presente do indivíduo seja com seu próprio corpo, seja com um ambiente tomado de maneira mais ampla. No caso da memória, no entanto, usualmente o conteúdo lembrado diz respeito a algo que já não existe. Sendo assim, tem que existir algo que permita a representação daquilo que já não existe mais. Este algo é o traço da memória. Assim sendo, um traço da memória é um ente que permite que se lembre do passado pela representação de um evento que já não existe mais.

Assim sendo, a principal razão pela qual se postula a existência de traços da memória diz respeito à natureza da representação. Podemos dizer então que este postulado de traços da memória se relaciona a uma teoria representacionalista da memória. Nesse tipo de teoria, para haver memória tem que haver algo como uma imagem do passado que esteja disponível para o sujeito no presente, ou do ponto de vista subpessoal, uma modificação neural que permita ao sujeito representar no presente aquilo que ele aprendeu no passado. O traço da memória é, então, um substituto do evento que não existe mais. No caso das teorias que operam no nível pessoal da consciência, esse substituto tem que ter alguma semelhança com o evento passado. No caso das teorias que lidam com o nível subpessoal, o traço tem que ser capaz, por mecanismos de natureza neural ainda desconhecidos, de nos fazer reviver novamente aquilo que foi experimentado no passado.

Dado que o compromisso com traços da memória se relaciona ao compromisso com uma teoria representacional dos estados mentais, o abandono do representacionalismo pode acarretar o abandono da postulação de traços da memória como sendo uma hipótese ociosa ou desnecessária, o que nos levaria a

aplicar a navalha de Ockham. Vemos isso, por exemplo, em teorias da memória que se apresentam como realismos diretos tal como encontramos, por exemplo na obra de Thomas Reid. O ataque de Reid tem como alvo, especificamente, as teorias que apresentam o traço da memória no nível pessoal da consciência subjetiva do sujeito. Reid argumenta que não há nenhum elemento de uma imagem que se apresenta como sendo da memória que seja suficiente para que se a diferencie de uma percepção ou de uma imaginação. Isto é, qualquer imagem que se apresente à consciência pode ser tomada seja como memória, seja como percepção, seja como imaginação, não havendo então garantia de que estamos antes uma memória quando assim achamos que estamos. Ou seja, do ponto de vista de Thomas Reid, a experiência da memória não é transparente, pois um sujeito pode achar que está lembrando de algo estando na verdade, quem sabe, apenas fantasiando.

Ceticismo sobre traços da memória também é encontrado em Wittgenstein e nos wittgensteinianos. Para esses filósofos, a hipótese de que há traços da memória é simplesmente ociosa, pois ela nada explica. Tal como encontramos em Thomas Reid, os wittgensteinianos têm como alvo, especificamente, as teorias que apresentam os traços da memória no nível da consciência do sujeito. Os wittgensteinianos defendem que a hipótese de um traço apresentado à consciência nos leva a um círculo explicativo, pois se é preciso que uma imagem se apresente à consciência para que haja memória, então parece que estamos simplesmente explicando a memória pela memória, pois esse traço que se apresenta à memória só vai nos dar uma memória se já for desde o início reconhecido como sendo uma memória. Sendo este o caso, os wittgensteinianos concluem que não é preciso uma intermediário de nível consciente para que alguém tenha uma experiência consciente de lembrar de um evento ou objeto experienciado no passado. É preciso notar, contudo, que essa objeção, por mais forte que seja, não afeta as teorias causais sobre os traços da memória, pois essas teorias não pressupõem um traço consciente como um elemento explicador de uma experiência mnêmica consciente. Nessas teorias, o traço não se apresenta à consciência, ele apenas habilita o sujeito a ter uma experiência mnêmica.

Essas objeções à teoria que coloca os traços da memória no nível da experiência consciente pessoal dão alguma força, ainda que negativamente, às

teorias que colocam os traços da memória no nível subpessoal. No entanto, é desejável que haja também razões positivas em favor dessas teorias. Nós encontramos isso no caso das teorias causais da memória. Para essas teorias, o elemento representativo nunca é suficiente para que se distingua entre, por um lado, uma memória verídica e, por outro lado, uma falsa memória. Sempre é possível que ocorra uma confabulação verídica, isto é, uma representação que se apresenta como sendo uma memória, e de fato é verdadeira, mas não é uma memória porque se trata de algo que não foi aprendido no passado. A mera representação é insuficiente, por si só, para distinguir entre uma memória verdadeira e uma confabulação verdadeira, pois ambas podem representar exatamente a mesma coisa. Assim sendo, de acordo com a teoria causal de memória, se há uma diferença entre uma memória verdadeira e uma confabulação verdadeira, e nós estamos supondo que há tal diferença, então um outro elemento de natureza não representacional deve explicar essa diferença. Este outro elemento é de natureza causal. Pressupondo que a ação à distância é impossível (pressuposto este que não é aceito por um realista direto como Thomas Reid, e também por Bertrand Russell, como veremos abaixo), a teoria causal da memória nos diz que no caso de uma memória verdadeira, no qual há uma distância temporal entre o evento experienciado no passado e a memória evocada no presente, o que explica que se dê uma memória verdadeira é a existência de traços da memória que sejam contíguos no espaço e no tempo uns aos outros. Conseqüentemente, quando há uma memória verdadeira, há uma corrente causal não interrompida que se iniciou no evento experimentado no passado e continua até a evocação do evento da memória no presente.

Assim sendo, a teoria causal da memória tem suas vantagens relativamente à teoria representacionista da memória. No entanto, ela também tem seus desafios com respeito ao modo de se investigar os traços da memória. Há desafios de natureza epistêmica, pois podemos perguntar, com respeito à postulação de traços da memória: este é um requisito a priori da investigação da memória ou se trata de uma hipótese a ser confirmada empiricamente? Podemos perguntar, também, sobre o estatuto metafísico da hipótese: traços da memória são, eles mesmos, apenas necessários ou plenamente suficientes para que o sujeito

lembre de uma experiência passada? Podemos nos perguntar, ainda, sobre o modo de ser dos traços da memória: é necessário que o traço exista no interior do cérebro do indivíduo ou o traço pode existir em aparatos tecnológicos, nas mentes (ou cérebros) das outras pessoas e no ambiente natural em geral? É preciso notar, também, que há filósofos que simplesmente não acham apropriado se construir uma teoria da memória tendo como fundamento o conceito mecanicista de causa, segundo a qual deve haver contato entre o causante e o causado, pois isso seria tentar explicar o difícil pelo obscuro. Para Bertrand Russell, por exemplo, a noção mecanicista de causa é obsoleta, e não há nenhuma razão a priori, ao menos, para se supor que não pode haver, por assim dizer, ação a distância entre, por um lado, o evento passado, e, por outro lado, a evocação através da memória do evento experimentado no passado:

Não há ... objeção a priori a uma lei causal na qual parte da causa deixou de existir. Arguir contra uma tal lei tendo como base que o que é passado não pode operar agora é introduzir a velha noção metafísica de causa, para a qual a ciência não pode achar lugar. (Russell, 2013, Conferência IV⁷)

Caso seguíssemos o caminho aberto por Russell, poderíamos ter uma teoria causal da memória na qual o evento experienciado no passado causa a evocação presente sem o intermédio de uma sequência de traços da memória que estivessem em contato espaçotemporal uns com os outros. O evento experienciado no passado causaria a evocação por “ação a distância”, por assim dizer.

Apresentei as especulações de Russell sobre a causalidade não para concluir que há ação a distância ou que não há traços, mas para abrir espaço à seguinte moral da história: mesmo que uma teoria causal da memória tenha vantagens, comparativamente às teorias representacionais da memória, ainda há

⁷ “There is ... no a priori objection to a causal law in which part of the cause has ceased to exist. To argue against such a law on the ground that what is past cannot operate now, is to introduce the old metaphysical notion of cause, for which science can find no place.” (Russell, 2013, Lecture IV).

muito trabalho a ser feito para que se chegue a uma teoria causal da memória plenamente desenvolvida. É preciso explicar muita coisa. Por exemplo, os casos nos quais há traço da memória mas algum elemento de natureza seja neural, seja psicológica, seja ambiental impede que o traço cause a evocação da memória. Outro problema diz respeito ao fato que os traços, eles mesmos, estão sempre se alterando. Isso é verdade quando falamos da memória individual, e o traço é uma configuração cerebral, e é verdade também quando estamos falando da memória coletiva, e o traço é um monumento ou alguma produção de natureza cultural.

Seja como for, a teoria causal da memória tem suas forças, pois permite explicar, de maneira simples e plausível, alguns fenômenos que merecem atenção. Um desses fenômenos é a diferença entre a memória e o reaprendizado. Dizemos que há reaprendizado quando se dá o seguinte processo: primeiro uma pessoa teve uma experiência no passado, depois ela esqueceu dessa experiência, e por fim ela aprendeu novamente sobre a experiência que teve no passado. Isso se dá quando algum amigo ou parente nos conta de algo que vivemos ou fizemos no passado, por exemplo. Esses casos não contam como casos usuais de memória, pois o processo que começa no aprendizado, continua pelo armazenamento e culmina na evocação é interrompido pelo fato de que os traços remanescentes da experiência passada são, por si sós, insuficientes para que o sujeito evoque sua experiência passada. Além disso, não é impossível que, do ponto de vista fenomenológico, uma experiência reaprendida se apresente tal como uma experiência lembrada. O que distingue, então, uma da outra? Para os teóricos causais da memória, o que distingue um caso de memória legítima de um caso de reaprendizado é o fato de que, na primeira situação, há uma cadeia causal ininterrupta que vai da experiência tida no passado até a evocação no presente, mas isso não há no caso do reaprendizado.

Outra vantagem da teoria causal da memória é a de dar sentido às pesquisas empíricas que se fazem no campo das neurociências. Isso porque, primeiramente, a teoria causal da memória e a noção de traços o pessoal da memória são pressupostos nesse campo de pesquisa, mas também porque, por outro lado, o pressuposto dos traços mnêmicos vem a ser, muitas vezes, confirmado pelos resultados das pesquisas empíricas. Por um lado, a própria descrição do modo

típico de ser memória como um processo articulado em três etapas (a etapa da codificação, a etapa do armazenamento e a etapa da evocação ou recuperação) é, por si só, um pressuposto da teoria causal e dos traços da memória. A descoberta da potenciação de longo prazo (*Long-Term Potentiation, LTP*), por outro lado, parece ser uma confirmação da hipótese dos traços segundo a teoria causal:

LTP é uma mudança nas conexões sinápticas entre dois neurônios que ocorre como um resultado de suas interações prévias. ... Essas mudanças persistem, mas não são evidentes até que esses neurônios sejam reativados numa experiência subsequente de recordação. (Robins, 2017, p. 84⁸)

Assim, com a descoberta do LTP, parece que a hipótese filosófica sobre a existência de traços da memória recebe uma confirmação. Isso é promissor, pois a empiria corrige a hipótese, e a hipótese orienta a pesquisa empírica.

Evocação

A terceira etapa do processo que constitui uma memória é a evocação ou recuperação (*retrieval*) da informação previamente codificada e armazenada. O processo que se dá nesta etapa é bastante construtivo, pois há dois elementos que operam no lembrar. Primeiro, o traço mnêmico. Segundo, uma dica ou sugestão (*cue*) ambiental. Ou seja, há algo de composto no lembrado, na medida em que o acesso à informação codificada, ao menos, tem como base parcial informações disponíveis na memória de trabalho do sujeito. Mas, além disso, é preciso considerar que há ainda mais construção envolvida nesse processo, pois o mero fato de evocar uma informação adquirida no passado altera o traço armazenado no cérebro: "... cada vez que uma memória é evocada, ela é efetivamente recuperada, examinada,

⁸ "LTP is a change to the synaptic connections between two neurons that occurs as a result of their previous interactions. ... These changes persist, but are not evident until these neurons are re-activated in a subsequent experience of remembering." (Robins, 2017, p. 84).

e então recriada do princípio para ser armazenada novamente. ... E pensamos que isso acontece cada vez que evocamos *qualquer* memória.” (Shaw, 2016⁹). Ou seja, cada vez que uma memória de longa duração é evocada, o ciclo de codificação e armazenagem é refeito desde o início. Logo, a cada nova evocação de uma memória de longa duração, um novo traço mnêmico é produzido, e o traço anterior é descartado. Isso acontece nas situações mais banais. Por exemplo, quando você vê uma foto de um evento passado da sua vida, quando você lê algo na timeline de alguém etc. Ou seja, quando você lembra de algo, o traço da memória que te permite lembrar é alterado. Mas o mesmo tipo de coisa acontece, também, quando você não lembra de algo, pois não lembrar enfraquece, biologicamente, o traço da memória que está armazenado no seu cérebro. Assim, do ponto de vista biológico, um engrama é feito para ser desfeito. Afinal de contas, o engrama é desfeito quando é acessado, pois a evocação altera o traço, e também é desfeito quando não é acessado, pois o fato negativo da não evocação leva ao enfraquecimento do traço da memória.

Evocar uma informação armazenada é um processo ativo voluntário ou é algo que te acontece. Usualmente, falamos de recuperação e de evocação de uma memória. Esses dois termos, contudo, tem conotação de atividade. Sim, por vezes lembrar é o resultado de um ato, de uma ação. Mas, outras vezes, as lembranças simplesmente pipocam em nossas mentes de maneira automática, involuntária. Como isso pode se dar? Uma explicação desse fenômeno se dá pela noção de associação de ideias. Esquemáticamente, quando algo que se dá à percepção ou à atenção tem um vínculo associativo com alguma outra coisa, lembramos involuntariamente dessa outra coisa. Esse modo de explicar a evocação de uma informação aprendida no passado pode ser encontrado na *Ética* de Spinoza:

E, assim, cada um passará de um pensamento a outro, dependendo de como o hábito tiver ordenado, em seu corpo, as imagens das

⁹ “... every time a memory is recalled it is effectively retrieved, examined, and then recreated from scratch to be stored again. ... And this is thought to happen every time we recall *any* memory.” (Shaw, 2016).

coisas. Com efeito, um soldado, por exemplo, ao ver os rastros de um cavalo sobre a areia, passará imediatamente do pensamento do cavalo para o pensamento do cavaleiro e, depois, para o pensamento da guerra etc. Já um agricultor passará do pensamento do cavalo para o pensamento do arado, do campo, etc. (Spinoza, 2007, escólio da proposição 18 da 2ª parte).

São várias as maneiras através das quais associamos, involuntariamente, uma ideia a outra. Em primeiro lugar, associamos uma ideia a outra pela similaridade, sendo que pode haver similaridade no significado (coordenação, sobre-ordenação, subordinação, contraste), no som (nas letras, nas sílabas, na rima). Em segundo lugar, pode haver contiguidade no tempo (contiguidade causal ou verbal) ou no espaço (cf. Bartlett, 1995, p. 305).

Assim, o processo de evocar uma memória é muito diferente daquele que se dá quando alguém grava um filme, este filme fica armazenado numa fita ou disco e depois alguém reproduz o filme, pois é como se a etapa de reprodução envolvesse, novamente, o aspecto da gravação.

A teoria causal-veritativa da memória

Acreditamos que a teoria causal da memória é verdadeira. Ainda assim, reconhecemos que essa teoria pode parecer insatisfatória por não dar conta de elementos representacionais da memória. Levando em conta esse problema, propomos uma pequena alteração na teoria causal qual se beneficia do atual debate sobre a natureza da veritação (*truthmaking*).

Veritadores são entes que tornam verdadeiras as frases e outros portadores de verdade, tais como as crenças e os pensamentos. Considere o caso de uma verdade contingente. Por exemplo: eu existo. Essa frase é tornada verdadeira pelo fato de que eu existo. A ocorrência da frase é um evento que se dá no mundo. Sendo essa uma frase declarativa, está envolvida a pretensão de verdade. Isso quer dizer que se espera que haja algum tipo de correspondência pelo que a frase diz e aquilo que se dá no mundo. Assim se explica o aspecto

representativo e semântico da frase. Há, além disso, uma relação metafísica entre a frase e o mundo, pois é o mundo que torna a frase verdadeira e não o contrário. O nome técnico dessa relação metafísica entre uma frase verdadeira e aquilo no mundo que a torna verdadeira é *truthmaking*, ou, em português, veritação. Há uma relação de veritação entre uma representação e um ente quando o ente torna verdadeira a representação. No caso da frase eu existo, o ente que a torna verdadeira sou eu, o falante que a profere. Se eu não existisse, a frase eu existo, dita por mim, seria falsa. Como eu existo, a frase eu existo, dita por mim, é verdadeiro. E parece ser impossível eu exista e a frase eu existo seja falsa. Assim sendo, parece que se o veritador de uma frase existe, então a frase veritada não pode ser falsa, o que significa que a existência do veritador necessita (torna necessária) a verdade da frase por ele veritada.

A teoria da veritação é plenamente compatível com a teoria causal da memória, e parece torná-la mais plausível por dar conta de questões de caráter semântico-representativo. Considere minha memória de que ontem estava passando futebol americano na televisão. Como vimos, a teoria causal da memória apresenta três condições, cada uma delas necessária e as três em conjunto suficientes para que uma certa representação seja de fato em caso de memória. A primeira condição é que a representação seja verdadeira, a segunda condição é que a representação tenha sido adquirida pelo sujeito da maneira adequada (distinguindo entre memória legítima de reaprendizado), e a terceira condição é que a informação adquirida e armazenado no corpo do sujeito seja causa, ainda que parcialmente, da evocação da informação pelo sujeito. Creio que, se levamos em conta a teoria da veritação, podemos condensar essas três condições em uma única proposta:

Teoria causal-veritativa da memória: o estado mental x conta como memória do evento e sse o evento e torna verdadeiro o conteúdo de x e o evento e é causa parcial do estado mental x .

Segundo essa teoria, agora tenho uma memória de que ontem estava passando futebol americano na televisão porque o evento experienciado ontem causa

(parcialmente) e verita (torna verdadeira) minha representação presente (memória) desse evento. Para dar mais um exemplo, minha memória dos eventos da semana passada em S. F. de Paula (eis o estado mental x) é causada pelos eventos da semana passada (via percepção e outros poderes cognitivos: posse de conceitos etc.) e tornada verdadeira pelos eventos da semana passada (esses são seus veritadores ou *truthmakers*). Se não foi causada pelos eventos da semana passada, não é memória. Se os eventos da semana passada não a tornam verdadeira, não é memória. Assim, de acordo com a teoria causal-veritativa da memória, temos uma memória de um evento e quando esse evento, em primeiro lugar, é causa parcial da memória e, em segundo lugar, é o veritador da memória.

Poderia se fazer, no entanto, uma objeção a essa teoria. Por que não bastaria tratar as memórias como meras fantasias ou imaginações? Por que é preciso causalidade? Por que é preciso verdade? A meu ver, é preciso causalidade e verdade porque uma mera representação imaginativa, sem nenhum vínculo causal ou semântico, teria menos poder explicativo do que se entende por memória, como se vê nos casos de fobias. Uma criança diz ao seu pai que viu um fantasma sob a casa. Esse é um relato da sua “memória”. Seu pai a corrige, dizendo que é mera imaginação, e a criança acredita no seu pai. A criança pode continuar sentindo medo (emoções são resistentes a razões), e pode ainda lembrar dos qualias que vivenciou no passado, mas já não pode achar que lembra de ter visto um fantasma, pois entende que não há memória do que não aconteceu – e, se não entendesse isso, alguém a corrigiria. A meu ver, o que explica essa correção que a criança faz na compreensão da própria memória é o elemento causal-veritativo da memória.

Conclusão

A memória é uma capacidade ou poder um tanto quanto complexa, e certamente ainda temos um longo caminho pela frente até alcançarmos uma teoria simples e de grande poder explicativo. Ainda assim, podemos ter alguma esperança de nos dirigirmos na direção certa ao adotarmos uma teoria causal da memória, pois esse tipo de teoria é capaz de explicar nossas metáforas mais gerais sobre a memória, e

também nossa visão de elementos específicos do processo que culmina na recordação.

Referências Bibliográficas

BARTLETT, F. C. *Remembering: a study in experimental and social psychology* (1932). Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BERNECKER, S. *Memory: a philosophical study*. Oxford: OUP, 2010.

DEBUS, D. Memory causation. In: BERNECKER, S.; MICHAELIAN, K. (Orgs.). *The Routledge handbook of philosophy of memory*. London: Routledge, 2017, p. 63–75.

MARTIN, C. B.; DEUTSCHER, M. Remembering. *The Philosophical Review*, 1966, v. 75, n. 2, p. 161–196.

NIKULIN, D. Introduction: memory in recollection of itself. In: NIKULIN, D. (Org.). *Memory: a history*. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 3–34.

ROBINS, S. K. Memory traces. In: BERNECKER, S.; MICHAELIAN, K. (Orgs.). *The Routledge handbook of philosophy of memory*. London: Routledge, 2017, p. 76–87.

RUSSELL, B. *The analysis of mind* (1921). 2 fev. 2013. Disponível em: <https://en.wikisource.org/wiki/The_Analysis_of_Mind>. Acesso em: 29 out. 2017.

SHAW, J. *The memory illusion: remembering, forgetting and the science of false memory*. New York: Random House, 2016.

SPINOZA, B. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Série Dissertatio Filosofia

LINGUAGEM E COGNIÇÃO

Juliano do Carmo
Rogério Saucedo
(Organizadores)

DISSERTATIO
FILOSOFIA
Pelotas, 2018

© **Série Dissertatio de Filosofia, 2018**

Universidade Federal de Pelotas
Departamento de Filosofia
Núcleo de Ensino e Pesquisa em Filosofia
Editora da Universidade Federal de Pelotas

NEPFil online

Rua Alberto Rosa, 154 – CEP 96010-770 – Pelotas/RS

Os direitos autorais dos colaboradores estão de acordo com a Política Editorial do NEPFil online. As revisões ortográfica e gramatical foram realizadas pelos autores e tradutores.

Primeira publicação em 2018 por NEPFil online e Editora da UFPel.

Dados Internacionais de Catalogação

N123 Linguagem e Cognição.
[recurso eletrônico] Organizadores: Juliano Santos do Carmo, Rogério
Correa Saucedo – Pelotas: NEPFIL Online, 2018.

355p. - (Série Dissertatio Filosofia).

Modo de acesso: Internet

<wp.ufpel.edu.br/nepfil>

ISBN: 978-85-67332-61-1

1. Filosofia. 2. Linguagem. 3. Cognição. I. Carmo, Juliano Santos do. II.
Saucedo, Rogério Correa.

COD 170



BY

NC

ND



Para maiores informações, por favor visite nosso site wp.ufpel.edu.br/nepfil

APRESENTAÇÃO

A "virada cognitiva" no início da década de 1950 reacendeu o debate sobre uma série de desafios filosóficos e linguísticos interessantes: Afinal, a linguagem natural é adquirida ou desenvolvida? As linguagens naturais exercem influência essencial sobre as formas de pensar ou raciocinar? A linguagem é uma habilidade cognitiva semelhante ou fundamentalmente diferente de outras habilidades cognitivas? Existem diferenças entre os mecanismos neurais da linguagem e da cognição? Estes são apenas alguns dos principais problemas que centralizam a discussão sobre as relações entre linguagem e cognição.

Os autores desta coletânea apresentam, a partir de diversas áreas e perspectivas, diferentes abordagens para pensar a relação entre linguagem e cognição. Optamos por não separar os capítulos em seções específicas, pois a própria natureza da relação entre linguagem e cognição não possui limites muito precisos. Desse modo, o leitor encontrará uma sequência de textos com tópicos que se entrelaçam (na maioria das vezes) e que possuem implicações (implícitas e explícitas) a partir das mais variadas perspectivas.

No capítulo 01, o Prof. Dr. David Papineau (King's College London - UK) apresenta uma instigante discussão metafilosófica sobre a pobreza da análise conceitual, retomando, de certo modo, a discussão inaugurada por W.V. Quine (em *Os Dois Dogmas do Empirismo*) sobre o caráter supostamente sintético de nossas investigações. Este texto já havia sido publicado no *Proceedings of Aristotelian Society* em 2015 e agora apresentamos a versão brasileira, cuja tradução foi realizada por Celina Broad (Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPel).

No capítulo 02, o Prof. Dr. Bortolo Valle e o Prof. Dr. Léo Peruzzo Júnior (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) discutem o tema "Realidade e Cognição na Ciência", tendo como ponto de partida certos aspectos da obra de Ludwig Wittgenstein. Os autores investigam a noção de "jogo" e suas interfaces com as pretensões cognitivas da ciência. Também são discutidas questões sobre a "imagem difusa" da realidade em certos contextos.

No capítulo 03, o Prof. Dr. César Schirmer (Universidade Federal de Santa Maria) apresenta uma discussão bastante interessante sobre as teorias causais da

memória. Ainda que seja possível encontrar muitos estudos em Ciência Cognitiva que tomam certos conceitos da investigação filosófica sobre a metafísica da memória, o tema ainda é bastante incipiente no Brasil. De forma bastante clara e simplificada, o leitor compreenderá as principais motivações e implicações no que diz respeito a aceitação de uma teoria causal da memória.

No capítulo 04, a Prof^a. Dr^a. Danièle Moyal-Sharrock (University of Hertfordshire - UK) apresenta uma discussão bastante polêmica sobre os processos de aquisição da linguagem natural. Contra as perspectivas referencialistas de Chomsky e Fodor, Moyal-Sharrock procura mostrar que adquirir uma linguagem natural é como que "aprender a andar" e que esse processo evidencia um caráter anti-intelectualista na obra de Wittgenstein. A tradução para o português foi realizada por Julio Henrique Pereira e Mariana Burkle (Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPel). Na sequência, no capítulo 05, o Prof. Dr. Ricardo Navia (Universidad de la Republica - Uruguay) apresenta o importante debate entre Donald Davidson e Meredith Williams sobre a sociabilidade e a normatividade da linguagem. A tradução para o português foi realizada por Matheus Yeske Vahl (Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPel). Ambos os capítulos abordam a ideia de que a linguagem é adquirida (e que supostamente não é inata ou meramente desenvolvida).

No capítulo 06, o Prof. Dr. Danilo Fraga Dantas (PNPD da Universidade Federal de Santa Maria) discute o papel dos condicionais contrafactuais e busca apresentar uma teoria informacional. Seu foco principal são os condicionais contrafactuais retroativos. No capítulo 07, o Prof. Dr. Rogério Saucedo (Universidade Federal de Santa Maria) apresenta uma sólida discussão sobre as limitações da "inocência semântica", mostrando que a partir da tese da extensionalidade nula não é possível oferecer uma explicação semântica dos termos pejorativos.

No capítulo 08, o Prof. Dr. Giuseppe Lorini (Università Degli Studi di Cagliari - Itália) discute o tema "regras e animais". O autor parte da ideia de que os homens são animais nômicos, ou seja, que os homens não são apenas animais sociais ou teleológicos, eles também são capazes de seguir regras em um mundo nomológico (governado por regras). O artigo traz aspectos importantes para a compreensão de certos fenômenos a respeito da normatividade. O artigo foi traduzido por Lilian Velleda Soares (Programa de Pós-Graduação em Filosofia da

UFpel). Já o capítulo 09, escrito pelo Prof. Dr. Massimo Dell'Utri (Università Degli Studi di Sassari - Itália), aborda os temas "racionalidade e verdade". Dell'Utri procura mostrar que a verdade é fundamental para a racionalidade (cognição). A tradução para o português foi realizada por Matheus Yeske Vahl (Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPel).

No capítulo 10, o Prof. Dr. Juliano do Carmo (Universidade Federal de Pelotas) apresenta a Teoria dos Modelos Mentais de Johnson-Laird como um modelo alternativo às visões formalistas e platônicas para a explicação do problema da informatividade dos experimentos de pensamento. O papel epistêmico dos experimentos de pensamento é abordado a partir da perspectiva da modelagem mental. Uma versão anterior deste texto foi publicada na Revista *Dissertatio de Filosofia* sob o título "Thought Experiments and Disguised Arguments". No capítulo 11, o Prof. Dr. Marcelo Carvalho (Universidade Federal de São Paulo) discute o tema "o ser e o sonho" por meio da abordagem de autores como René Descartes, Ludwig Wittgenstein e Bento Prado Júnior. A ideia é mostrar que a descrição da linguagem apresentada por Wittgenstein apresenta uma nova estratégia para pensar a questão da subjetividade e o argumento do sonho de Descartes.

No capítulo 12, a Prof^a. Dr^a. Taís Bopp (Universidade Federal de Pelotas) e a Profa. Vera Lúcia Marques Figueiredo (Universidade Católica de Pelotas) discutem o problema da associação entre a habilidade de metarepresentação e a capacidade de compreensão verbal em crianças escolares. A habilidade de atribuir estados mentais a outros e a si mesmo é o que as autoras chamam de capacidade de metarepresentação. O artigo apresenta dados de estudo empírico sobre essa habilidade. No capítulo 13, a Prof^a. Dr^a. Mitielei Seixas (Universidade Federal de Santa Maria) aborda o tópico "representar por conceitos" através de uma perspectiva kantiana. A ideia é mostrar que, para Kant, as representações mentais são formadas a partir do desenvolvimento de certas habilidades cognitivas.

No capítulo 14, a Prof^a. Dr^a. Joice Beatriz da Costa (Universidade Federal da Fronteira Sul) apresenta os aspectos gerais ligados à cognição e linguagem no pensamento de Nelson Goodman, em especial na obra "Modos de Fazer Mundos". A autora aborda questões importantes, como a natureza ontológica do "mundo", tendo como ponto de partida o pressuposto nominalista de Goodman de que não

existe um fundamento ontológico exterior e que mesmo as qualidades ou semelhanças nas coisas são produtos de nossas práticas linguísticas.

Muitos dos textos aqui reunidos são frutos de discussões realizadas em eventos organizados pelo Grupo de Estudos "Cognição e Realidade" (GECR - Universidade Federal de Santa Maria) e pelo Grupo de Pesquisa "Cognição e Linguagem" (GPCL - Universidade Federal de Pelotas) nos últimos anos. Outras contribuições são oriundas de convites realizados para especialistas na temática dessa coletânea. Estamos convictos de que todas as contribuições aqui apresentadas servirão de estímulo e fonte de investigação para toda a comunidade filosófica.

Por fim, gostaríamos de registrar aqui o nosso especial agradecimento aos pesquisadores e tradutores que contribuíram enormemente para o sucesso dessa publicação e desejar a todos uma excelente leitura!

Juliano do Carmo - UFPel
Rogério Saucedo - UFSM
(Organizadores)

SUMÁRIO

Apresentação	07
Capítulo 01: A Pobreza da Análise <i>David Papineau</i>	12
Capítulo 02: Realidade e Cognição na Ciência - Aspectos do Realismo de Wittgenstein <i>Bortolo Valle e Léo Peruzzo Júnior</i>	45
Capítulo 03: Qual a Motivação para se Defender uma Teoria Causal da Memória? <i>César Schirmer dos Santos</i>	63
Capítulo 04: Wittgenstein - Sobre a Aquisição de Linguagem <i>Danièle Moyal-Sharrock</i>	90
Capítulo 05: O Debate Donald Davidson-Meredith Williams sobre a Socialização da Linguagem e a Normatividade <i>Ricardo Navia</i>	119
Capítulo 06: Uma Teoria Informacional dos Contrafactuais <i>Danilo Dantas</i>	137
Capítulo 07: As Limitações da Inocência Semântica <i>Rogério Saucedo Corrêa</i>	157
Capítulo 08: Regras e Animais <i>Giuseppe Lorini</i>	185

Capítulo 09: Racionalidade e Verdade	226
<i>Massimo Dell’Utri</i>	
Capítulo 10: Modelagem Mental e Experimentos de Pensamento	248
<i>Juliano Santos do Carmo</i>	
Capítulo 11: O Ser e o Sonho – Observações sobre Descartes, Wittgenstein e Bento Prado Júnior	268
<i>Marcelo Carvalho</i>	
Capítulo 12: Associação entre a Habilidade de Metarrepresentação e a Capacidade de Compreensão Verbal em Crianças Escolares	291
<i>Tais Bopp da Silva e Vera Lúcia Marques Figueiredo</i>	
Capítulo 13: Representar por Conceitos - A Perspectiva Kantiana	304
<i>Mitieli Seixas da Silva</i>	
Capítulo 14: Natureza Ontológica do Modo de Fazer Mundos de Nelson Goodman	332
<i>Joice Beatriz da Costa</i>	
Nota Sobre os Autores	351
Agradecimentos Especiais	354